

Ata Sucinta da 49ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Ata e Súmula



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 49ª (QUADRAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 3 DE JUNHO DE 2026

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Chico Vigilante, Ricardo Vale, Dayse Amarilio e Fábio Félix

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 5 minutos

TÉRMINO: 16 horas e 25 minutos

Observação: a versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Chico Vigilante)

– Declara aberta a sessão.

2 COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputado Rogério Morro da Cruz

– Celebra a contratação do atleta mirim Gael Pereira, de sete anos, morador da Vila do Boa, pelo Santos Futebol Clube, e declara que São Sebastião promove o maior campeonato amador de futebol do DF.

– Menciona iniciativas esportivas desenvolvidas na região administrativa, às quais presta apoio, e cita o morador Gabriel Bonfim, lutador de artes marciais mistas conhecido como Marretinha, que atualmente compete no *Ultimate Fighting Championship* – UFC.

Deputado Chico Vigilante

– Informa que a bancada do PT votará contrariamente a projeto de lei que autoriza o GDF a contrair empréstimo com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC para capitalizar o BRB mediante o oferecimento, como garantia, de recursos provenientes de fundos federais vinculados ao DF e a municípios.

– Ressalta que não foram divulgadas informações precisas sobre algumas condições contratuais do empréstimo, como valor da taxa de juros e período de duração.

– Argumenta que o empréstimo vai impor ao DF restrições orçamentárias que proibirão a nomeação de servidores e a expansão de serviços públicos essenciais, especialmente os referentes à área de saúde.

– Relata reunião com o presidente da Novacap para tratar de condições precárias das instalações elétricas de feiras em diversas regiões administrativas e exige do GDF que adote medidas para proporcionar segurança aos feirantes.

Deputado Max Maciel

- Observa que não há consenso entre parlamentares da base do governo para aprovar projeto de lei que prevê oferecimento de recursos provenientes de fundos federais vinculados ao DF e a municípios como garantia para contratação de empréstimo destinado a capitalizar o BRB, motivo pelo qual o Plenário se encontra esvaziado.
- Declara aos funcionários do banco que os parlamentares da oposição não são culpados pela situação em que este se encontra e que os deputados sempre estiveram presentes em Plenário para discutir a crise que envolve a instituição.
- Repudia aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2025, de autoria da Senadora Damares Alves, que susta efeitos de resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda destinada a garantir a crianças e adolescentes o direito ao aborto em caso de gravidez decorrente de estupro.
- Enfatiza que o projeto desmonta rede de proteção que assegurava tratamento humanizado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e manifesta temor de que estes sofram mais ao recorrerem a procedimentos clandestinos de aborto.
- Lamenta que o Senado Federal não tenha promovido audiências públicas para debater o tema exaustivamente e afirma que continuará denunciando o retrocesso promovido pelo PDL nº 3.

Deputado Gabriel Magno

- Contesta declaração da Governadora Celina Leão de que o encaminhamento e a aprovação do projeto de lei destinado a capitalizar o BRB por meio de empréstimo a ser tomado ao FGC constituiriam mera formalidade.
- Avalia que as ausências do Secretário de Economia do DF e do presidente do BRB em audiência pública realizada hoje pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF evidenciam descaso do GDF com o debate sobre as contas públicas.
- Afirma que cláusulas do acordo firmado pelo GDF no Supremo Tribunal Federal – STF com o fim de estabelecer garantias para o empréstimo do FGC ao BRB preveem medidas prejudiciais à população, como contingenciamento de recursos destinados a obras públicas e a investimentos nas áreas de saúde e assistência social.
- Manifesta-se contrariamente à proposição do Poder Executivo e defende a responsabilização penal dos envolvidos nas operações financeiras fraudulentas realizadas entre o Banco Master e o BRB, bem como a restituição ao erário dos recursos desviados.

3 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado Fábio Félix

- Questiona a eficácia das soluções apresentadas pelo GDF anteriormente para resolver a crise financeira do BRB, bem como a do atual projeto que prevê contratação de empréstimo no valor de R\$ 6,5 bilhões.
- Alerta para o elevado custo financeiro da operação, estimando significativo impacto aos cofres públicos em razão dos juros incidentes sobre o valor do empréstimo, que poderá impor restrições à contratação de servidores públicos, à ampliação de investimentos e à concessão de reajustes salariais.
- Repudia a aprovação do PDL nº 3, de 2026, no Senado Federal, critica a tramitação célere da matéria, com apoio de políticos ultraconservadores, e alega ausência de amplo debate dos parlamentares com especialistas, movimentos sociais e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Deputado Chico Vigilante

- Contesta declarações de que o acordo firmado no STF teria como objetivo resolver a crise financeira do BRB e afirma que a real finalidade seria garantir a preservação de depósitos judiciais provenientes de tribunais de justiça que mantinham contratos de gestão com o banco.

- Sustenta que a situação financeira do BRB permanecerá inalterada e critica a atuação do governo na condução do caso.
- Manifesta revolta contra gastos milionários de executivos do Banco Master em eventos de luxo no exterior, defende a responsabilização criminal dos envolvidos no escândalo financeiro e o ressarcimento dos valores subtraídos aos cofres públicos.
- Ressalta que a população do DF não deve arcar com os custos decorrentes das operações financeiras fraudulentas realizadas entre o Banco Master e o BRB.

Deputada Dayse Amarilio

- Afirma que a dívida do BRB será suportada pela classe trabalhadora, a qual sofre com o pagamento de tributos, enquanto empresários se beneficiam de renúncias fiscais.
- Analisa a audiência pública realizada hoje na CEOF para discutir o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2027 e lamenta a ausência do Secretário de Economia, bem como a falta de respostas por parte do representante do GDF aos questionamentos que apresentou.
- Declara que não há condições de os parlamentares votarem a LDO de 2027 sem que o Poder Executivo apresente projeto que reflita os impactos que o empréstimo destinado a capitalizar o BRB trará para o orçamento do DF, levando em conta que o GDF será o tomador direto do empréstimo, e não apenas seu garantidor.
- Indaga como o governo vai conciliar o déficit de investimento já existente na área da saúde com as restrições orçamentárias a serem impostas a esta para obtenção de empréstimo destinado à recuperação financeira do BRB.
- Manifesta constrangimento com a ausência de parlamentares da base do governo e conclama os parlamentares a deliberarem com responsabilidade e a estarem atentos às consequências de suas decisões para a prestação de serviços públicos essenciais.

Deputado Gabriel Magno

- Critica o GDF pela condução da crise que envolve o BRB e o Banco Master e afirma que o acordo apresentado não tem como finalidade salvar o banco, e sim proteger o sistema judiciário.
- Questiona a ausência de informações sobre o montante da dívida, o tamanho do passivo e a inexistência de plano estruturado para recuperação do banco.
- Registra preocupação com a situação dos trabalhadores do BRB e exige a apresentação de alternativas que garantam a preservação dos empregos e o fortalecimento da instituição.
- Critica a aprovação do PDL nº 3, de 2025, pelo Senado Federal, e defende a proteção integral de crianças e adolescentes, bem como a garantia dos direitos assegurados a eles pela legislação vigente.
- Anuncia que protocolou representação no Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF para apuração de supostas irregularidades na concessão de benefícios tributários pelo GDF, alegando que os limites estabelecidos na LDO para concessão de renúncias fiscais no exercício de 2025 foram ultrapassados.
- Censura política de incentivos fiscais do governo, argumentando que os benefícios favorecem determinados setores empresariais em detrimento dos investimentos em políticas sociais e serviços públicos.

4 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Dayse Amarilio)

- Anuncia a presença de professores e alunos da Escola Atual, de Águas Claras, que participam do programa *Conhecendo o Parlamento*, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

5 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Fábio Félix)

- Declara encerrada a sessão.

Observação: o relatório de presença encaminhado pela Secretaria Legislativa está anexo a esta ata.

Nos termos do art. 135, I, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

TIAGO PEREIRA DOS SANTOS
Chefe do Setor de Ata e Súmula



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO PEREIRA DOS SANTOS - Matr. 23056**, Chefe do Setor de Ata e Súmula, em 08/06/2026, às 17:35, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2667791** Código CRC: **CC2BF751**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.2 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9249
www.cl.df.gov.br - seas@cl.df.gov.br

00001-00019302/2026-71

2667791v6